

A TERRITORIALIZAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM FLÓRIDA PAULISTA/SP

THE TERRITORIALIZATION OF SUGAR CANE AND FOOD PRODUCTION IN FLORIDA PAULISTA/SP

Valmir José de Oliveira Valério¹
Antonio Thomaz Júnior²

Resumo: Tratamos aqui da expansão da cultura da cana-de-açúcar no município de Flórida Paulista/SP, no período de 1995/96 a 2007/2008, com base nos dados oficiais e observações empíricas realizadas *in loco*, com as atenções voltadas para a produção alimentar e o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização comandado pelo capital canavieiro, responsável pela atual formatação do espaço agrícola local e regional. Assim, buscamos entender as articulações engendradas pelo capital no processo de incorporação de terras ao seu empreendimento e as implicações na destinação de espaços à produção de alimentos constituintes da cesta básica que, atualmente, caracterizam-se cada vez mais como espaços residuais, acenando para um risco à Soberania Alimentar das populações.

Palavras chave: Cana-de-açúcar, produção de alimentos, campesinato, soberania alimentar.

Abstract: The present article deals with the expansion of the sugar cane culture in the city of Florida Paulista / SP in the period from 1995/96 to 2007/2008. It's based on official data and empirical observations made in the spot, with special attention given to food production and the movement of territorialization, deterritorialization and reterritorialization which is controlled by the sugar cane capital, being responsible for the current format of the local and regional agricultural areas. This way, we look forward understanding the capital articulation in the process of land incorporation to the sugar cane business and the implications of destining food (components of the basic food basket) production spaces, currently, characterized more as residual spaces, waving to a risk for the populations' Food Sovereignty.

Key words: Sugar cane, food production, peasantry, food sovereignty.

¹ Estudante do Curso de Graduação em Geografia, junto à FCT/UNESP/Presidente Prudente; membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, CEGeT; Bolsista IC/FAPESP. E-mail: valjvalerio@yahoo.com.br

² Professor dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; coordenador do CEGeT; pesquisador PQ/CNPq; autor dos livros: "Por trás dos canaviais os nós da cana", 2002; "Geografia passo-a-passo", 2005; organizador da coleção "Geografia e Trabalho no Século XXI", (Volumes I, II, III, IV e V), Editorial Centelha.

Introdução

Com a introdução da tecnologia *flex fuel* na indústria automobilística brasileira, a partir de meados de 2003 e 2004, dá-se uma ruptura no paradigma de consumo de combustível nacional, catapultada pelo fortalecimento de *outra opção* de combustível, para além dos derivados não renováveis. Surgida a partir de pesquisas realizadas nos Estados Unidos, Europa e Japão no final da década de oitenta, a tecnologia *flex fuel* buscava dar respostas ao problema de falta de uma tecnologia específica que viabilizasse o uso do etanol na escala do consumo nacional.

Os estudos para a aplicação dessa tecnologia no Brasil tiveram início em 1994, quando a indústria automobilística vislumbrou a possibilidade de substituir os veículos exclusivamente a álcool por aqueles projetados agora como híbridos, dado o declínio das vendas do tradicional *carro a álcool*. Apesar de o álcool já compor alternativa de abastecimento consolidada desde o final da década de setenta, em virtude de falhas na combustão, falta de regularidade no abastecimento, etc., fazia-se necessário desconstruir o histórico desfavorável e estereotipado, projetando a ideia de segurança associada à possibilidade de escolha por parte do consumidor.

A ruptura paradigmática resultante da introdução da tecnologia *flex fuel* no Brasil repercute também para o setor agroindustrial canavieiro, com o significado de maior flexibilidade para a produção de álcool combustível e/ou açúcar, de acordo com o cenário econômico mundial, além de possibilitar o aumento da produção, dos lucros e da área plantada com cana-de-açúcar, o que implica na conquista de *novos territórios* para compor o mosaico monocultural do agronegócio.

O fato da principal matriz energética consolidada atualmente, o petróleo, constituir-se numa fonte *esgotável*, levou a engenhosidade humana a buscar alternativas à questão da esgotabilidade do principal combustível da economia moderna. Dos tantos “caminhos” trilhados pela inventividade humana na busca pela concretização de tal intento, surge o álcool, no contexto do primeiro “choque” do petróleo no ano de 1973, fruto da elevação do preço internacional em virtude da crise árabe-israelense, tendo como regente o Estado personificado no famigerado Pro-álcool, inaugurado em 1975 com o objetivo de atingir em quatro anos a produção de três bilhões de litros de álcool combustível (BRAY, 2000, p. 56).

Na prática, a criação do Pro-álcool via Estado, beneficiou primeiramente aos usineiros endividados e, posteriormente, aos fabricantes de equipamentos industriais do setor canavieiro. Nesse contexto, RAMOS afirma que,

[...] um plano de implicações tão importantes na economia brasileira acabou sendo para atender especialmente os interesses dos grandes produtores do subsetor em estudo (usineiros e produtores de equipamentos ‘tradicionais’) e, por isso mesmo, enquanto não fossem equacionados os problemas decorrentes dos interesses de outros setores envolvidos (exemplo da indústria automobilística, que demorou muito para se integrar) aquele plano não se firmaria efetivamente (RAMOS, 1983, p. 231-2 *apud* BRAY, 2000, p. 56).

A expansão da cana-de-açúcar para as chamadas “áreas novas”, ocorre em função da segunda crise do petróleo em 1979, momento em que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo lança um programa denominado “*Bases para um plano de desenvolvimento do Oeste do Estado de São*”

Paulo, PRÓ-OESTE”, com o objetivo de aumento da produção de *três para dez bilhões* de litros produzidos de 1980 a 1985. Com isso,

Através do PRÓ-ÁLCOOL e PRÓ-OESTE, o Planalto Ocidental Paulista passou a partir de 1980 a receber um grande fluxo de investimentos via CENAL, resultando na implantação de novas destilarias autônomas com grandes proprietários de cana-de-açúcar e na formação da área canavieira/álcooleira do Oeste Paulista – abrangendo a Alta Paulista, Noroeste, Alta Sorocabana e Alta e Média Araraquarense (BRAY, 2000, p. 90).

Nesse contexto, tal plano buscou (re) direcionar recursos da *Comissão Executiva Nacional do Alcool* (CENAL) para a expansão do agronegócio canavieiro no Oeste do Estado de São Paulo, favorecendo o capital agroindustrial sob pretexto de alcançar o “equilíbrio regional”.

Frente à lógica de expansão da monocultura canavieira no Estado de São Paulo e mais recentemente no Oeste Paulista, propomo-nos compreender no município de Flórida Paulista o processo de incorporação das terras a esse empreendimento e os conteúdos contraditórios dessa dinâmica territorial para o trabalho no campo, principalmente no que tange à diminuição das áreas destinadas ao plantio de alimentos e a pequena propriedade rural camponesa. Ou seja, como e de que forma o capital agroindustrial canavieiro programa sua política expansionista sobre as terras da micro-região? Quais estratégias e recursos coloca em prática para territorializar-se desterritorializando os proprietários da terra? Quais espaços são incorporados para tal expansão? Quais as conseqüências para o trabalho no campo? Qual a influência para a produção de alimentos?

A busca por respostas a tais questionamentos possibilitou-nos variadas reflexões acerca da compreensão das estruturas responsáveis pela atual reformatação metamorfoseada do espaço agrícola no município que, desde 1989 convive com a realidade da agroindústria canavieira pela via da instalação da Usina Floralco, do Grupo Bertolo Açúcar e Alcool, adquirida da Univalem Açúcar e Alcool, sediada então no município de Valparaíso/SP, que encontrava-se desativada.

Nesse sentido, em relação à história da usina Floralco, consta no *site* da referida empresa:

O que chamou a atenção do Grupo Bertolo foram as características do parque industrial e *um vasto campo para aumentar a área agrícola* considerada boa para os planos do Grupo que há três anos embalavam seus sonhos. (Institucional Floralco, 2008) *Grifo nosso*.

Até o ano de 1990 a matéria-prima processada provinha da compra de vários produtores, momento em que a empresa deu início ao processo de territorialização do monopólio, segundo Thomaz Junior (1989), isto é, quando muda a estratégia de adquirir a maior parte da cana-de-açúcar de fornecedores e de terceiros, para responsabilizar-se pela maior parte da produção da matéria prima nas terras sob seu domínio (próprias e arrendadas).

A empresa opera atualmente com um quadro funcional de 200 trabalhadores no parque industrial, processa cerca de 12.000 toneladas/dia de cana-de-açúcar, disputando territórios para o plantio de cana-de-açúcar em outros oito municípios localizados no entorno da planta fabril de Flórida Paulista, ou seja: Adamantina, Dracena, Flora Rica, Irapuru, Junqueirópolis, Lavínia, Pacaembu e Valparaíso,

sendo que na safra 2007/2008 moeu 1.809.000 toneladas de cana-de-açúcar (UDOP, 2009) com previsão de aumento para a safra 2008/2009. Para tanto são empregados, entre homens e mulheres, em torno de dois mil funcionários na área agrícola, responsáveis pelo plantio, colheita e manutenção dos canaviais³.

A Floralco Açúcar e Álcool Ltda., estabelecida no município de Flórida Paulista/SP, é uma das quatro empresas do Grupo Bertolo. Além dela, fazem parte do conglomerado a Agro Bertolo Ltda., também em Flórida Paulista, Destilaria Bertolo e a Bertolo Agropastoril, ambas de Pirangi/SP. A história das empresas Bertolo começa nos anos 30, com um engenho de aguardente no município de Ariranha, comandado por Adelino Honorato Bertolo, pai de João Florentino Bertolo e José Reinaldo Bertolo, que atualmente dividem a administração do grupo. O engenho de aguardente foi transferido para Pirangi, transformando-se anos mais tarde na Destilaria Bertolo, atualmente dirigida por José Reinaldo. No ano de 1989, o grupo adquire a destilaria de Flórida Paulista, que pertencia à Univalem e estava desativada. Com a experiência do engenho, naquele ano os irmãos Bertolo moeram 220 mil toneladas de cana e produziram 32 milhões de litros de aguardente. No mesmo ano foi fundada a Agro Bertolo, empresa que planta e fornece cana-de-açúcar para a Destilaria Floralco. Um ano depois de terem adquirido a destilaria, os irmãos Bertolo decidiram investir no álcool combustível e produziram 9 milhões de litros de hidratado. Seis anos depois, passaram a fabricar álcool anidro. Em 1998, o grupo adquiriu a destilaria Santa Laura (Ibaiti/PR); os equipamentos foram divididos entre a Floralco e a destilaria de Pirangi. A aquisição fez a produção de combustível da Floralco saltar de 39 milhões de litros para 64,4 milhões no ano seguinte (Institucional Bertolo, 2008).

Tais números evidenciam traços da implacável sede de ampliação territorial fomentada pelo advento da atual conjuntura favorável aos agrocombustíveis, pautada no argumento da alternativa energética limpa e barata, com reflexos diretos na formatação dos espaços rurais na micro-região da Nova Alta Paulista. Dos dezesseis municípios componentes da micro-região, o presente recorte de estudo contempla a segunda maior área agrícola municipal (52.502,1 ha – LUPA, 2008) e a maior área com destinação a produção de cana-de-açúcar (23.000 ha – SIDRA, 2009), além da presença de uma agroindústria sucro-alcooleira há aproximadamente vinte anos (Imagens 1 e 2):

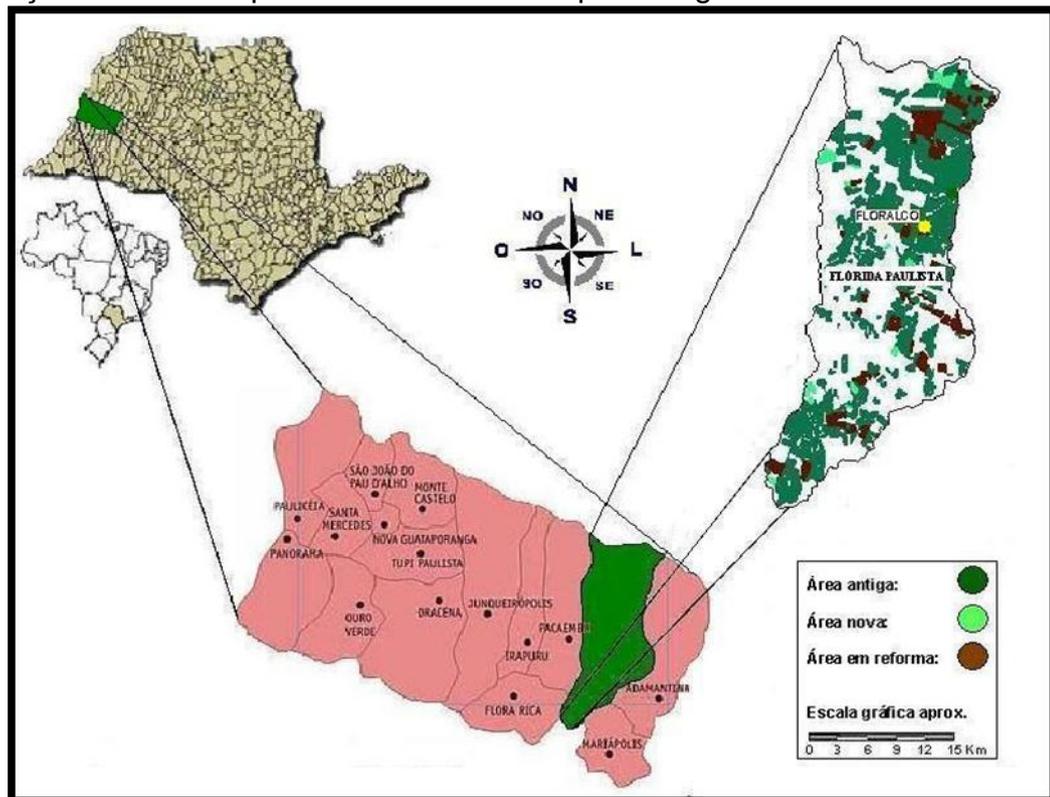
³ Jornal *Adamantina em Pauta*.

Imagem 1: Vista aérea da Indústria Floralco Açúcar e Álcool no município de Flórida Paulista/SP.



Fonte: Institucional Bertolo, 2008.

Imagem 2: Localização da área de estudo e espacialização da cana-de-açúcar no município de Flórida Paulista por categoria – Safra 2008/2009.



Fonte: INPE/CANASAT. Org.: AUTOR, 2009.

A constituição desse grupo agroindustrial canavieiro no município de Flórida Paulista se consolida e se fortalece na produção de álcool carburante anidro e hidratado e em 2001 iniciam a produção de açúcar (Tabela 1):

Tabela 1: Floralco - Evolução da Produção no período 1995/96 a 2006/2007.

SAFRA	CANA MOÍDA (mil toneladas)	AÇÚCAR (toneladas)	ETANOL TOTAL (1000 l)	ANIDRO (1000 l)	HIDRATADO (1000 l)
06/07	2.079	120.900	83.418	0	83.418
05/06	1.672	88.218	80.023	0	80.023
04/05	1.537	83.293	62.417	10.181	52.236
03/04	1.203	59.459	61.092	30.925	30.167
02/03	1.158	73.206	51.460	15.987	35.473
01/02	815	31.010	46.613	16.452	30.161
00/01	694	0	54.417	26.270	28.147
99/00	884	0	74.132	37.777	36.355
98/99	926	0	73.000	29.874	43.126
97/98	810	0	64.428	22.020	42.408
96/97	520	0	39.167	8.091	31.076
95/96	409	0	32.606	0	32.606

Fonte: UDOP. Org.: AUTOR, 2009.

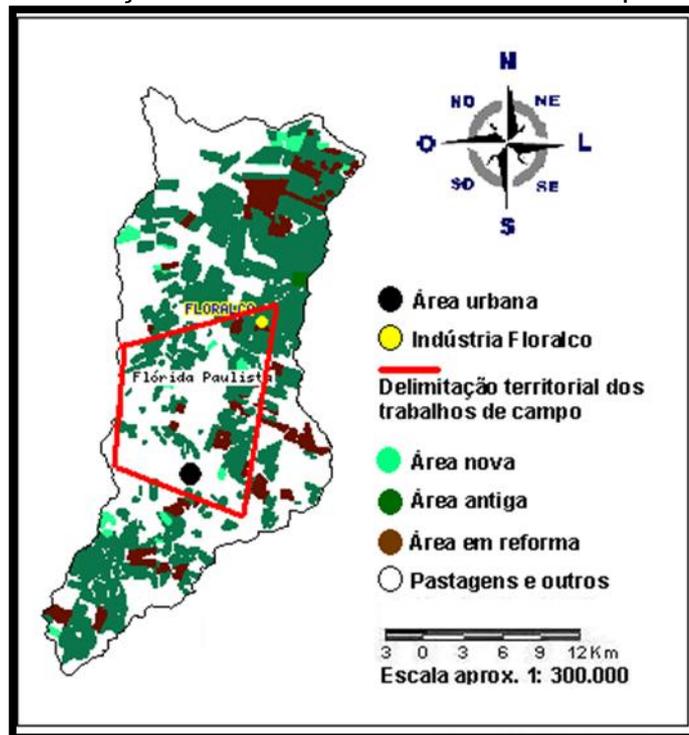
Para além da panacéia econômico-ambiental que apresenta o agronegócio canavieiro como “a salvação da lavoura”, buscaremos a seguir destacar elementos componentes dos efeitos da territorialização do capital sucroalcooleiro para o trabalho no campo e para a Soberania Alimentar das populações.

Procedimentos metodológicos:

Com vistas à identificação e qualificação do fenômeno da expansão da cana-de-açúcar no município, utilizamos tanto dados primários (observações, descrições, entrevistas, questionários) como dados de ordem secundária (LUPA, 1995/96 e 2007/2008; INPE/CANASAT, 2003/2004 a 2008/2009; IBGE/SIDRA, 1996 a 2007) relacionando dados estatísticos, leituras de campo e teoria de base. Com isso, verificamos a evolução da ocupação do solo nas áreas rurais de acordo com a presença das várias especificidades produtivas na formatação do território agrícola de acordo com a regência do movimento social no período considerado.

No sentido da captação dos enunciados e significados atuais da expansão agroindustrial canavieira no município, efetuamos algumas incursões nas áreas rurais (Imagem 3) onde foi possível verificar *in loco* o radical processo de reformatação homogeneizante hora em andamento na paisagem regional sob a batuta do capital agroindustrial canavieiro. Em campo, foi possível identificamos relatos de vida de proprietários/agricultores em que o foco do discurso reside na alusão ao processo de arrendamento das terras ao agronegócio canavieiro, tendo suas terras arrendadas/perdidas para o agronegócio em detrimento de outras atividades.

Imagem 3: Espacialização da cana-de-açúcar por categoria no município de Flórida Paulista e delimitação territorial dos trabalhos de campo.



Fonte: INPE/CANASAT. Org.: AUTOR, 2009.

Das visitas em campo e do contato com produtores/proprietários/trabalhadores rurais, foram aplicados questionários que nortearam um roteiro de entrevistas realizadas com aqueles agricultores identificados em campo como representativos da realidade encontrada. Dessa forma, em pontos privilegiados do ponto de vista do fluxo de pessoas, tanto da zona rural, (estradas rurais, pequenos vilarejos, bares) como da urbana, (ruas do centro comercial da cidade e pessoas ligadas a órgãos públicos e privados como CATI, Sindicato Rural e lojas do ramo agrícola) buscamos a localização de pessoas com alguma experiência relacionada à questão do arrendamento de terras para o plantio de cana, fato que logo de início mostrou-se presente e com uma diversidade de possibilidades.

Assim, com base em nossas limitações de operacionalização, tendo em vista a grande extensão do município, delimitamos um perímetro de estudo de campo que privilegiou os principais “aglomerados rurais”, pontos onde se encontram localizadas a maior parte das pequenas propriedades que ainda resistem ao processo de expropriação desencadeado a partir da territorialização do capital agroindustrial canavieiro, resultando num recorte que contém tanto a área urbana do município, como a planta fabril da indústria Floralco. Para a delimitação de nosso recorte territorial foi de fundamental importância a contribuição do corpo técnico da CATI do município de Flórida Paulista, informando com precisão os locais de maior frequência do fenômeno estudado.

Diante do desafio de representar e localizar a expansão da cana em relação às outras culturas foram elaboradas figuras temáticas com base no mapeamento realizado entre as safras 2003/2004 e 2007/2008 pelo Projeto INPE/CANASAT, além

de dados da S. A. A./SP, IBGE e IEA, intentando ilustrar a desigual e homogeneizante ocupação do espaço agrícola em questão⁴.

Para a sistematização dos principais elementos constituintes do entendimento da ocupação do solo agrícola e as implicações para o trabalho, tanto camponês como assalariado e seus motivadores materializados na crescente reestruturação produtiva do capital agroindustrial canavieiro, elaboramos tabelas onde foram explicitadas as informações de produção por cultura, de forma a evidenciar o movimento de territorialização (por parte do capital canavieiro) e de desterritorialização (dos produtores/proprietários). Ainda em relação aos procedimentos com vistas à ilustração do processo desigual de tomada das terras no município, elaboramos gráficos onde são explicitados dados de ocupação territorial por categoria, evolução do trabalho por laço de parentesco e dados sobre produção leiteira, principais itens componentes da evolução da ocupação territorial no período considerado, de acordo com nosso critério metodológico.

Para refletir as constatações

A partir do início da década de setenta o capitalismo começa a sentir os efeitos de uma crise de produtividade, oriunda do constante excesso de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Tal esgotamento evidencia-se na queda da taxa de lucro, principalmente em virtude do aumento do preço da força de trabalho, resultante das conquistas do período pós-45 e da intensificação das lutas sociais nos anos 60⁵. Assim, a incapacidade da economia industrial (taylorista/fordista) de manter as taxas de lucro nos mesmos patamares anteriores ensejou um grande deslocamento de capital para as finanças, resultando na crise do modelo fordista e keynesianista. Desse modo,

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...] Uma vez encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra, presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros (ANTUNES, 1999, p. 31-32).

A classe trabalhadora estaria, segundo o mesmo autor, diante de profundas transformações que levaram à sua precarização, intensificação e utilização de maneira cada vez mais diversificada. Tais transformações teriam constituído, então, *“uma classe trabalhadora ainda mais diferenciada, entre qualificados/desqualificados, mercado formal/informal, homens/mulheres, jovens/velhos, estáveis/precários, imigrantes/nacionais etc.”* (p. 191). Desse modo, buscando conferir validade contemporânea e versatilidade teórico-conceitual ao conceito marxista de *classe trabalhadora*, Antunes (1995) cunha o conceito de *classe-que-vive-do-trabalho*.

⁴ A esse respeito consultar o material elaborado por Thomaz Junior (2009), a partir de imagens de satélite, sobre a expansão da agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema, que constitui sua tese de livre docência. Disponível em: www.prudente.unesp.br/ceget.

⁵ Cf. ANTUNES, 1999, p. 35-36.

No mesmo sentido, discutindo a dificuldade em conceituar a classe trabalhadora no contexto da atual fase da reestruturação produtiva do capital e a constante migração de atividades laborativas, condições de trabalho, vínculos territoriais e as diferentes formas de externalização do trabalho, Thomaz Junior (2007c) discute o conceito de *plasticidade do trabalho*, indicando ser necessário “*enxergar o movimento constante de (des)realização do trabalho, que qualifica a plasticidade existente entre as diferentes formas de sua materialização, sob os signos e os imperativos de diferentes relações sociais*” (p. 23).

A classe trabalhadora hoje compreenderia “*a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos*” (ANTUNES, 1999, p. 101-102). Com isso, desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho e destruição da natureza em escala globalizada constituiriam os traços essenciais dessa fase da reestruturação produtiva do capital, configurando a mudança do modelo fordista/taylorista para novas formas de acumulação flexível do tipo japonês. Tal modelo, o toyotismo, visa o combate ao “desperdício” na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, intensificando as formas de exploração (p. 36-37).

Em relação à política econômica de subordinação da agricultura ao capital, Bray (2000) pondera que,

O poder estatal passou a apoiar a concentração e centralização dos recursos, favorecendo o desenvolvimento intensivo do capitalismo, ao mesmo tempo que as decisões econômicas e políticas do Estado passaram a ser influenciadas pelo capital monopolista nacional e multinacional (p. 38-39).

O autor afirma que a partir da criação do Programa Nacional de Melhoramento da cana-de-açúcar (PLANALSUCAR) e da Lei nº 5654 de 14/05/1971, que veio a implantar o Programa de Racionalização da Agroindústria Açucareira, depois denominado Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira por meio do Decreto-lei nº 1266 de 26/03/1973, buscou-se a melhoria da qualidade da matéria-prima e a racionalização da produção, objetivando tanto o financiamento da fusão e da racionalização das empresas do setor, quanto à construção das infra-estruturas necessárias à armazenagem e ao embarque do açúcar nos principais portos exportadores do país (BRAY, 2000, p. 44).

Ainda no bojo da concessão de estímulos à fusão e incorporação de usinas, o Decreto-lei nº 1186 veio a legalizar os mecanismos de aceleração dos processos de concentração de terras e rendas no setor canavieiro, sendo tal Decreto o principal responsável pelo encerramento das atividades de 54 pequenas usinas de açúcar e álcool no início da década de 1970, consolidando a expansão territorial do monopólio das agroindústrias sucroalcooleiras via grandes financiamentos amparados pelo Fundo Especial de Exportação⁷.

Quanto às implicações do Fundo Especial de Exportação, Andrade (1981, p. 77) *apud* Bray (2000, p. 47) pondera:

O reequipamento industrial das usinas e a realocação para áreas diversas, menos disputadas e de terras mais baratas, provocou,

⁶ O trabalho entendido como produtivo e improdutivo em relação ao processo de valorização do capital, sendo produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, que se realiza na forma-mercadoria (ANTUNES, 1999, p. 156).

⁷ Os preços pagos aos produtores pelo IAA (por lei único exportador) eram inferiores aos valores por ele recebidos, implicando na formação de grandes saldos para o tal Fundo (SZMREZÁNYI, 1978 *apud* BRAY, 2000, p. 47).

naturalmente, a concentração de renda, uma vez que os empréstimos eram feitos a juros negativos e com período de carência ponderáveis, *fazendo expandir a cana-de-açúcar por áreas antes dedicadas às culturas de alimentos. Grifo nosso*

Ao discutir a territorialização do capital na agricultura brasileira, Oliveira (2001) indica que o capitalismo estaria, na atualidade, contraditoriamente unificando o que teria separado quando do início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. As usinas ou destilarias de açúcar e álcool seriam representativas desse processo, utilizando para produzir o trabalho assalariado, consolidando a territorialização do capital monopolista na agricultura, favorecendo assim *“uma expansão violenta das culturas de produtos de exportação, quase sempre em detrimento daqueles produtos destinados ao mercado interno, para alimentar a população brasileira”* (p. 23-24).

Em contraponto à distorcida unanimidade imposta pelos meios de comunicação quanto aos papéis desempenhados pela pequena propriedade e pelo dito “agronegócio moderno” na constituição das bases econômico-sociais do país, Oliveira (2003) indica, por meio de uma exaustiva apresentação de dados do Censo Agropecuário do IBGE, a superioridade das pequenas unidades de produção em geração de empregos, volume de produção e renda. Sendo o agronegócio atividade de produção para o mundo, tanto a produção como a circulação dos produtos desta ficam subordinados aos preceitos da maximização dos lucros. Dessa forma, a “lei do mercado mundializado” leva o país a uma posição de destaque tanto na exportação como na importação dos mesmos itens na balança comercial.

Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) [...] O país produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros. [...] Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar (OLIVEIRA, 2003, p. 122).

A atual expansão da agroindústria canavieira no município e região tem relação com as estratégias de reprodução do capital no bojo do processo de reestruturação produtiva em escala internacional, tendo na tecnologia ou na aplicação do *técnico-científico-informacional*⁸, o principal sustentáculo de conformação das transformações necessárias à criação de uma rede que articula escalas e setores de produção, do campo à indústria, do combustível ao automóvel, da apropriação do trabalho não-pago à propaganda que impõe a nefasta lógica do capital, do lugar ao mundo; fazendo da agricultura um ramo do capital onde todas as formas que não convêm *“são destruídas na medida em que ele se apossa da agricultura”* (SILVA, 2008, p. 67).

O crescimento da atividade agroindustrial canavieira nos últimos anos relaciona-se com o advento da introdução da tecnologia *flex fuel*⁹ no mercado automobilístico nacional, notoriamente a partir do ano de 2004, sendo que 77 % dos veículos fabricados no ano de 2006 possuíam a tecnologia que permite que o

⁸ Cf. SANTOS, 2002.

⁹ Conforme aponta Thomaz Junior, 2007b, p. 02, a tecnologia *flex fuel* (combustível flexível) foi desenvolvida pela Bosch e pela Magneti Marelli, fabricantes de injeção eletrônica, em parceria com as montadoras.

veículo funcione com gasolina, álcool ou a mistura dos dois (THOMAZ JR., 2007b). Tal tecnologia, diante da disparidade de preço do primeiro para o segundo, chegando a mais de *cem por cento* em favor do álcool combustível em regiões produtoras como o Estado de São Paulo, a exemplo da cidade de Flórida Paulista, onde a diferença de preço do álcool (R\$ 1,15) para a gasolina (R\$ 2,50) chega a 117,4% (agosto/09), contribui para a consolidação do álcool carburante como matriz energética pretensamente limpa, renovável, segura, com vantagem de preço frente ao concorrente derivado de petróleo e fora da ótica dos tradicionais conflitos e instabilidades envolvidos nas principais potências petrolíferas. Nesse sentido, Thomaz Junior (2007b), afirma que:

O que estamos depreendendo é que a emergência do debate sobre as fontes de energias alternativas é inquestionável; todavia, é imprescindível que se estabeleçam algumas referências capazes de comprometer os interlocutores com a eficácia das proposituras e não simplesmente que considerem a *roda viva* do pressuposto da lógica do capital, as precondições mercantis à frente do bem-estar, da saúde das pessoas e da vida cheia de sentidos (p. 03). *Grifo do autor*

Desse modo, à ausência de políticas no sentido da manutenção, recomposição e reterritorialização da vida comunitária no campo, da pequena unidade produtora, do fortalecimento da diversidade alimentar característica destas terras de trabalho, soma-se a falta de caminhos para a inserção no mercado de trabalho daqueles trabalhadores que, safra após safra engrossam as fileiras de desempregados, precarizados, destacadamente na “linha de corte”, tendo em vista o aumento da mecanização. Assim, estaria em processo no Brasil uma profunda reorganização geográfica dos espaços rurais. Sobre isso, Thomaz Junior (2007b) aponta que, “*A grandiosidade deste processo traz em si os vícios de uma cultura quinhentista, que primou ser historicamente excludente e concentradora de terra, de renda, de capital, de riqueza e de miséria*” (p. 20).

Atualmente, com o acirramento das disputas territoriais fomentadas pela atmosfera neoliberal, rearranjos espaciais dão materialidade a um amplo acordo das classes dominantes no sentido da mobilização articulada de diversos setores do capital na consolidação de alianças locais, regionais, nacionais e internacionais, atuando de forma conjunta tanto no campo como na cidade, sintetizado no agronegócio e impactando diretamente nos setores menos dinâmicos da economia agrícola. Nesse sentido, Jean Ziegler, sociólogo suíço e relator da ONU afirma:

O monstro está de volta. Quatro séculos depois de engordar as oligarquias e escravizar os miseráveis no período colonial, a cana-de-açúcar volta a ganhar a mesma aura de santidade no Brasil. E com efeitos sociais semelhantes. (Folha *online*, *Blog* controvérsia, 2007).

As articulações do grande capital, mídia e governantes porta-vozes de um projeto de sociedade amparado nos monopólios e desigualdades sociais, no contexto da valorização da produção de *agro-matérias-primas* para a fabricação de carburantes líquidos renováveis em detrimento do apoio à produção de alimentos, somados a ausência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das pequenas propriedades, consolida a afirmação de uma ideologia destacadamente nociva para a maioria da sociedade, onde um pretenso dinamismo econômico oculta

um sério risco à produção futura de alimentos e a Soberania Alimentar das populações locais. Buscando definir os conceitos, Thomaz Junior (2007c) argumenta:

Então, para o momento é importante definir que enquanto a segurança alimentar tem a ver com a obrigação dos Estados nacionais em garantir o acesso aos alimentos em quantidades suficientes, sem se por em questão a origem dos mesmos, inclusive podendo contar com ajudas internacionais; a ideia e o conceito de Soberania Alimentar está erigido à partir da defesa do direito dos povos e dos países de definir suas próprias políticas e estratégias de produção de alimentos destinados ao abastecimento de sua população, antes mesmo da necessidade mercadológica e de exportação, como imperante e crescentemente marcado no cenário global (p. 09).

Assim, destaca a Reforma Agrária e a Soberania Alimentar não como prerrogativa exclusiva dos trabalhadores rurais assalariados ou dos camponeses, mas sim do conjunto da sociedade (p. 18).

[...] a necessidade da alimentação requer quer pensemos na produção e, desse modo, no esquema, na forma e na estrutura de produção, bem como nos objetivos e nos pressupostos para produzir e consumir com base nas reais necessidades dos consumidores, na qualidade dos produtos e no abastecimento de mercados consumidores próximos às áreas de produção (THOMAZ JR., 2007c, p. 12).

Entendemos o atual movimento de tomada das terras em favor do crescimento vertiginoso da monocultura canavieira no município e região como um processo articulado ao contexto de expansão da acumulação do capitalismo em escala mundial onde, *“tanto a produção dos agrocombustíveis quanto a produção de alimentos está sob o controle das grandes corporações que impõem a nova divisão mundial do trabalho”*, (SILVA, 2008, p. 79) com papéis já devidamente estabelecidos quanto à inserção do Brasil no tão proclamado “mercado global”, compondo potencial área de cultivo com fins especificamente ligados à satisfação da crescente demanda energética mundial, ocupando solos e utilizando recursos, principalmente água, elementos que poderiam garantir a permanência do homem no campo e a Soberania Alimentar como um projeto de sociedade.

Deste modo, a importação de grãos, carnes e etanol pelos países ricos é uma forma encontrada para minimizar o déficit hídrico que possuem, enquanto os países da América do Sul, ricos em água, não tomaram consciência do futuro problema que terão em torno da escassez da água (SILVA, 2008, p. 79).

A autora chama a atenção para o fato de que se constitui atualmente *“uma nova divisão mundial do trabalho, produzida pelos interesses econômicos das grandes corporações que submetem os governos dos países pobres instituindo um verdadeiro processo de reinvenção da colônia”* (p. 77).

Durante um tempo o açúcar sofreu um declínio, e a agricultura se desenvolveu. Agora esse monstro está de volta, devorando a terra da

agricultura. O açúcar voltou a ser santificado, como na época da colônia, quando a oligarquia enriqueceu e a música, a cultura, tudo era pago pelo açúcar. [...] Socialmente o Brasil sofre um retrocesso, volta ao período colonial [...] os senhores do capital financeiro, as oligarquias conquistaram um poder que nenhum imperador, papa ou rei jamais teve. Uma monopolização incrível: a refeudalização do mundo (Jean Ziegler, Folha de São Paulo, Caderno Mais, 2\12\2007, p. 6-7, *apud* SILVA, 2008, p. 64).

Dessa forma, temas como o acesso a terra, Reforma Agrária, Segurança Alimentar e Soberania Alimentar surgem como imperativos da preocupante galopada do capital rumo à monopolização do território com fins especificamente ligados à reprodução ampliada do capital, deixando à margem o emprego, a renda, a manutenção/restauração das práticas agrícolas locais, a produção de alimentos com base na diversidade característica da propriedade familiar camponesa e a utopia de uma existência repleta de sentidos.

Contradições e desafios

Considerando o aumento da área plantada com cana-de-açúcar de 1995/96 a 2008 no município em torno de 115%, somado ao fato de atualmente a micro-região em questão dispor de mais de 60% da área agrícola total ocupada por pastagens, predominantemente pastagens degradadas e em decadência, com predomínio de baixa declividade de relevo, adequadas à demanda por mecanização, constituindo estoque potencial de terras para a expansão do agronegócio moderno nas chamadas “áreas novas”, em contraponto às “áreas tradicionais”, inviabilizadas diante do elevado preço da terra em consequência da pouca disponibilidade, a micro-região da Nova Alta Paulista desponta como provável destino das articulações do capital agroindustrial canavieiro na consolidação de seu intento expansionista.

O fato da existência de uma vasta extensão de terras potencialmente “adequadas” à expansão da cana, não exclui o interesse do grande capital pelas pequenas propriedades, pois, como constatado em campo, a maioria dos produtores declara já terem sido procurados pelos funcionários da usina, confirmando o cortejo do capital canavieiro também às pequenas propriedades. Grande parte daquelas médias e grandes propriedades “adequadas” e “disponíveis” para o plantio da gramínea se encontram localizadas de forma descontínua em relação a outras propriedades, carecendo da conquista de “pedaços” aparentemente insignificantes face à grandiosidade do agronegócio canavieiro, porém vitais à concretização da necessária contiguidade territorial, sem a qual fica dificultado o intento *técnico-logístico-homogeneizante* do capital.

Por mais que os dados sejam claros em relação ao ritmo frenético de crescimento e expansão da agroindústria canavieira, seja através do arrendamento, seja por meio da compra da terra mediante estratégias de dominação territorial que na maioria das vezes têm início no processo anterior, faz-se necessário “por à prova” a realidade dos dados em campo, de forma a evidenciar elementos constituintes do processo de incorporação das terras ao domínio monocultor agrocapitalista.

Nesse sentido, em contato com agricultores e pessoas ligadas a entidades rurais como CATI, Sindicato Rural, lojas de vendas de insumos agrícolas em geral, etc., identificamos o apontamento para respostas que vinham ao encontro de questionamentos realizados por nós quando do início deste trabalho. De tal forma, de acordo com funcionários da “Agroflorida”, tradicional loja de venda de

implementos agrícolas da cidade, quando questionados quanto à existência de alguma mudança em relação ao movimento das vendas nos últimos anos, foram enfáticos em afirmar positivamente para tal questão, indicando que:

[...] agora a cana tomou conta de tudo, antes (da cana) “nóis” vendia três, quatro carretas com trinta toneladas de adubo cada uma, hoje, se “nóis” vende um caminhão “truck” com quinze toneladas já é muito, porque hoje ninguém produz mais nada, é só cana e a cana não compra nada nosso [...].

Tal apontamento encontra respaldo quando posto ao lado dos números da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, referentes ao movimento decorrente da (re) formatação homogeneizante da paisagem agrícola regida pelo capital agroindustrial canavieiro no município. Aqui, a presença da cana impõe-se de tal forma que, além de impor-se aos olhos de todo espectador, por mais desavisado que seja, pode ser também notada pelo sentido olfativo, pois, em toda a extensão da área agrícola do município nota-se o “doce” odor característico da cana-de-açúcar, sobrepondo-se a odores e sabores tradicionais da vida no campo, compondo a homogeneização da paisagem em diversas dimensões.

A paisagem predominante no município oferece sustentação empírica ao conceito de “deserto verde”, limitado apenas pela imperatividade do lucro em determinadas localizações inviabilizadas pela imposição do relevo ou por focos de resistência camponesa, presentes ainda em pontos dispersos da área rural, até mesmo em limites próximos à usina, conformando “ilhas camponesas” em meio ao “mar de cana”.

Os efeitos da territorialização do capital canavieiro para a produção de alimentos ficam expressos na situação desfavorável em termos de áreas destinadas à produção de gêneros alimentares no período considerado, destacando-se a diminuição e mesmo extinção de uma grande diversidade de culturas, praticadas predominantemente nas pequenas propriedades de gestão familiar (Tabela 2):

No âmbito dos elementos constituintes da motivação para o arrendamento de terras para o plantio da cana, constatamos que o grande motivador quando da tomada de decisão pelo arrendamento encontra-se no fator econômico que, no início do processo, em razão da dificuldade em conseguir renda suficiente por meio do cultivo agrícola tradicional, acabaram sendo “atraídos” pelo alto preço pago nos momentos de euforia do setor sucroalcooleiro¹⁰.

Em grande parte das entrevistas que tivemos a oportunidade de realizar na área urbana do município, destacou-se o apontamento para a ausência de alguns produtos em razão do reduzido número de produtores ainda ligados à atividade de produção alimentícia, principalmente verduras, queijos, doces e derivados. Levantamentos realizados nos principais pontos de venda de produtos alimentícios do município (quitandas, mercados, mercearias, feira-livre) constataram que, atualmente, a grande maioria dos produtos (frutas, legumes, cereais, etc.) comercializados na cidade provém de outras regiões, predominantemente do CEASA da cidade de Presidente Prudente, sendo exceção as principais verduras e algumas poucas frutas e legumes.

¹⁰ Depoimentos relatam que o preço pago pela tonelada produzida era, no auge da euforia agroindustrial canavieira entre 2004 e 2007, em torno de R\$ 44,00; passando para R\$ 12,00 atualmente.

Tabela 2: Área agrícola com fins à Produção de Alimentos no município de Flórida Paulista/SP no período em estudo (ha).

1995/96		2007/2008	
Milho	1.876,40	Milho	475,4
Feijão	1.745,3	Feijão	34,2
Café	1.043,1	Café	312,7
Amendoim	92,1	Amendoim	360,6
Maracujá	83	Maracujá	7,7
Arroz	48	Arroz	0
Abacaxi	30,3	Abacaxi	0
Laranja	21,4	Laranja	0
Morango	18	Morango	0
Manga	17,5	Manga	0,8
Alho	14,4	Alho	0
Baunilha	12	Baunilha	0
Jaca	10,2	Jaca	0
Abóbora	9,9	Abóbora	1,9
Goiaba	9,7	Goiaba	2,9
Outros	0,0	Outros ¹¹	87,4
TOTAL:	5.031,30	TOTAL:	1.283,60

Fonte: LUPA (1995/96 e 2007/2008). Org.: AUTOR, 2009.

No contexto do entendimento das influências da expansão canavieira para o trabalho no campo, em visita ao Sindicato Rural do município, o Coordenador de Curso do Sindicato, Sr. Élson, fez referências ao processo de aquisição das terras pela usina, indicando que, [...] *uma vez arrendada a terra* (para o plantio da cana-de-açúcar), *fica difícil voltar atrás, porque a cana deixa a terra pelada, sem nada, por cima e por baixo.*

Com o primeiro arrendamento a usina retira todos os obstáculos à consolidação logística do território canavieiro, caracterizado por uma grande contigüidade territorial, fato que faz com que cercas, barracões, tulhas, casas, *terrões* e uma infinidade de estruturas pré-existentes e estranhas ao intento homogeneizante do capital sucroalcooleiro sejam destruídas em favor da formação de gigantescas áreas para o plantio da cana-de-açúcar.

Quando do final do prazo de arrendamento da terra para o usineiro, diante da inexistência de recursos para o restabelecimento das atividades anteriormente praticadas, impossibilidade de recomposição de cercas, pastos, casas e toda a infraestrutura retirada pela formação das grandes áreas de plantio monocultor, somado ao fato do sucateamento e/ou venda de máquinas e implementos agrícolas pelo fato de não mais serem usados, dá-se aí o *pulo do gato*, onde o proprietário vê-se refém do capital agroindustrial.

Dessa forma, fragilizado na relação desigual com o grande capital, o agricultor/proprietário acaba por ter duas alternativas igualmente desfavoráveis, ou renova o contrato de arrendamento por uma remuneração muito menor (o

¹¹ Culturas praticadas no ano de 2008 e que não eram praticadas em 1995/96.

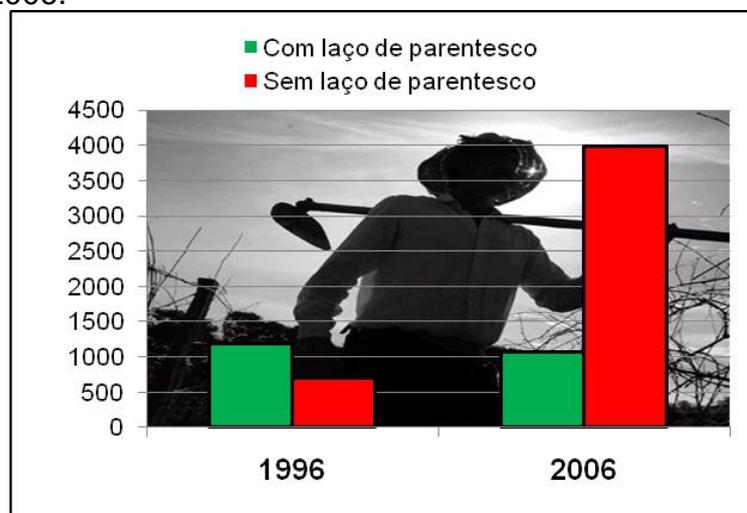
pagamento das usinas é proporcional à produção da área plantada), pois numa segunda oportunidade de plantio a produção provavelmente será menor, em razão do desgaste do solo; além de que o preço nominal oferecido num segundo contrato chega a ser *cinquenta por cento* menor que o preço pago anteriormente, segundo relatos.

Outro caminho leva o proprietário a ceder de vez ao cortejo do capital, vendendo suas terras por valores muito abaixo do que valiam antes do referido arrendamento, vindo a proletarizar-se constituindo mão-de-obra para a expansão canavieira, conferindo materialidade ao intento expansionista/monopolizante/territorializante do agronegócio bioenergético da cana-de-açúcar. Nesse contexto, referindo-se ao ordenamento territorial das agroindústrias e às novas territorialidades do capital canavieiro, Oliveira (2007), chama a atenção para o fato de que,

A territorialidade antes constituída nesses lugares pela pecuária e por outros cultivos, devido ao poder dos grandes empresários canavieiros, vem sendo substituída por uma nova territorialidade, a dos grandes canaviais e unidades processadoras (p. 55).

Os números referentes à conformação do trabalho no campo para o período indicam que, quanto à categoria *com laço de parentesco com o produtor*, onde se encontra o trabalho familiar camponês, houve uma diminuição em torno de *dez por cento*, enquanto a categoria *sem laço de parentesco com o produtor*, predominantemente os “bóias frias” do corte da cana, aumentou em incríveis 464,64%! Tais números evidenciam, de um lado, a voracidade do agronegócio canavieiro em relação à satisfação de uma demanda de força de trabalho para a ativação do processo de valorização ampliada do capital e, de outro, a capacidade de resistir daqueles que, mesmo “cercados” pela imperatividade do “mar de cana”, mantém viva a esperança de um campo onde a terra sirva não como suporte à exploração do trabalho, mas como base para uma vida voltada ao homem e ao bem estar das populações (Gráfico 1):

Gráfico 1: Evolução do pessoal ocupado por laço de parentesco com o produtor: Flórida Paulista/SP – 1996-2006.

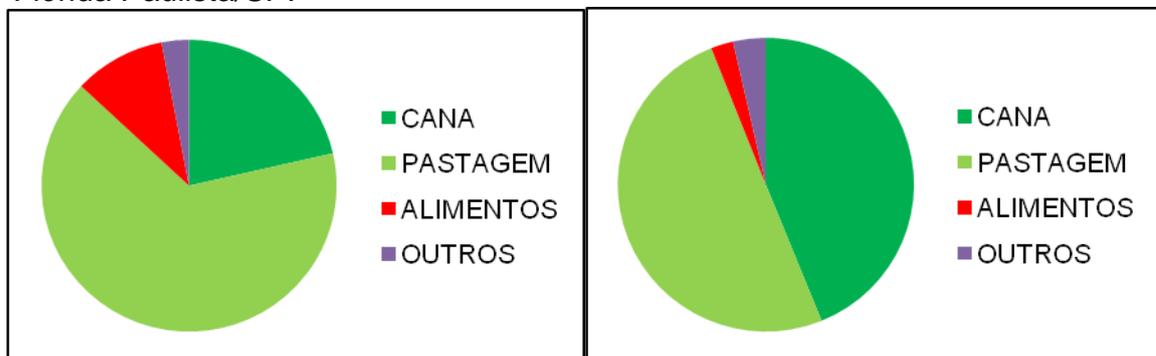


Fonte: SIDRA/IBGE. Org.: AUTOR, 2009.

A análise da ocupação do território agrícola evidencia o movimento de expansão do agronegócio canavieiro no período em questão. Nota-se o avanço das áreas de cultivo da cana tanto sobre áreas de pastagem como sobre demais áreas de produção agrícola, incluindo uma diversidade de culturas alimentícias, desmistificando o discurso de que a cana-de-açúcar seria bem-vinda por dar “*bom uso*” às terras “*desocupadas*”. Das quatro categorias eleitas para análise em consequência da impossibilidade de comparação individual ante a desproporção das mesmas, apenas uma tem destaque significativo em relação ao aumento de área plantada, tendo aumentado a área de plantio de cana-de-açúcar em torno de *cento e quinze por cento*. Assim, atentamos para a acentuada diminuição em mais de *setenta por cento* (-74,49%) da área destinada ao cultivo de alimentos no período em questão, hoje limitada a 2,44% do total agrícola; percentual que já era baixo, 10,08%, no biênio 1995/96¹².

Atentando aos números verificamos que no prazo de 1995/96 para 2007/2008, houve uma diminuição das áreas de pastagem em torno de *dezenove por cento* (19,46%). No período considerado a área plantada com cana-de-açúcar aumentou de 10.707,8 para 23.013,6 ha. Tendo em vista que a área de pastagens perdeu em torno de 6360 ha (de 32.682,4 para 26.322 ha), menos que o total de terras incorporadas ao círculo do agronegócio (12.305,8 ha), deduz-se que tal expansão incorpora em seu processo produtivo, outras áreas de produção agrícola e não somente áreas de pastagens degradadas como tradicionalmente afirmado pelos asseclas do capital sucroalcooleiro.

Gráficos 2 e 3: Ocupação do solo agrícola nos anos de 1996 e 2008 em Flórida Paulista/SP.



Fonte: LUPA (1995/96 e 2008/2009). Org.: AUTOR, 2009.

De todas as culturas alimentícias praticadas no município, apenas o amendoim registrou aumento em termos de área de cultivo, passando de 92,1 hectares em 1995/96 para 360,6 em 2008, (um aumento de 291,5% da área plantada). Tal aumento, segundo relato dos funcionários da CATI, dirigentes do Sindicato Rural de Flórida Paulista e empresas que comercializam produtos agrícolas da região, seria advindo do processo de recuperação de áreas agrícolas desgastadas em virtude do plantio da cana-de-açúcar. Excetuando o amendoim, que teve a área de cultivo aumentada em função de sua utilidade na recuperação de solos “cansados” pela atividade canavieira, todas as demais culturas alimentícias

¹² Chamamos a atenção para o fato de que a área agrícola total apresentada pela S.A.A./SP para o período de 1995/96 corresponde a 49.920,2 hectares, menos que os 52.502,1 hectares apresentados pelo mesmo órgão para o biênio 2007/2008.

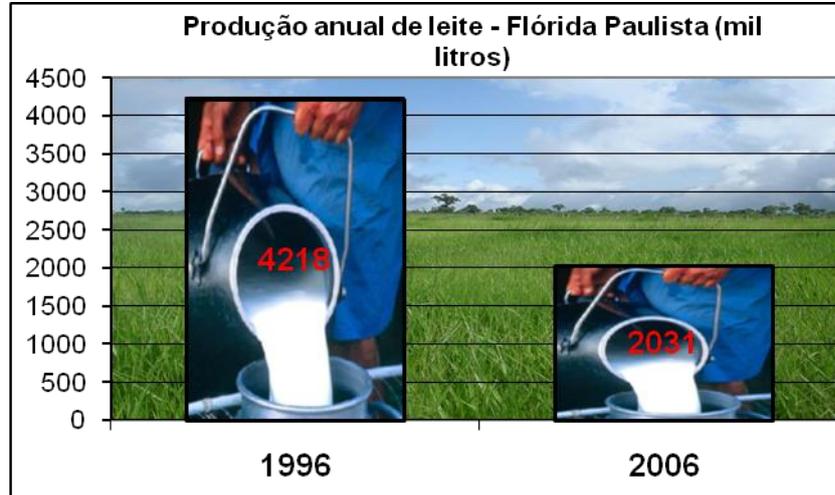
praticadas no município tiveram suas áreas de cultivo diminuídas ou mesmo anuladas, conforme ilustra de forma mais detalhada a já citada *Tabela 2*.

Esse reordenamento territorial desfavorável tanto ao cultivo alimentar como pecuário, acompanhado do crescimento vertiginoso das áreas de cultivo monocultor canavícola no município de Flórida Paulista e região, aponta para o fato da concretização do êxito expansionista do capital canavieiro sobre as ditas “áreas novas” do Oeste, com efeitos diretos sobre a formatação do espaço agrícola local e regional, além de graves conseqüências para a classe trabalhadora e à produção da diversidade alimentar.

Essa outra Geografia é a expressão das mudanças de funções e formas de uso do território, ou os novos conteúdos da renda da terra, que estão sinalizando substituição de pastagens, de áreas de culturas e igualmente incidindo sobre os biomas naturais [...] (THOMAZ JR. 2007c, p. 29).

Os efeitos da territorialização do capital canavieiro recaem também sobre a produção leiteira, minando mais uma importantíssima fonte de renda e alimentação para os pequenos produtores, além de elemento que contribui à permanência da vida no campo e ao abastecimento de leite e derivados artesanais para a população urbana (Gráfico 04):

Gráfico 4: Produção anual de leite em Flórida Paulista/SP.

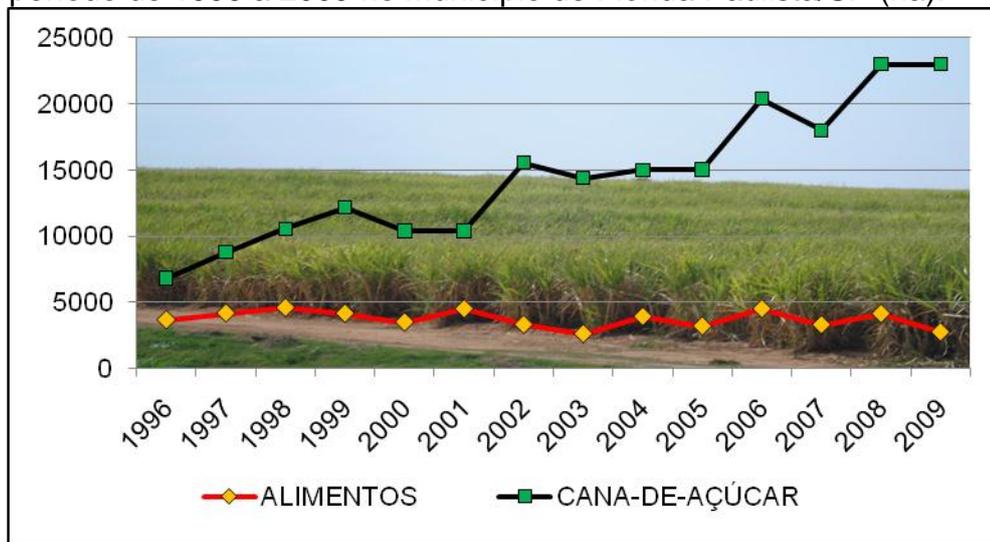


Fonte: SIDRA/IBGE. Org.: AUTOR, 2009.

Para a composição da categoria *alimentos*, agrupamos todas as áreas ocupadas com plantio de culturas alimentícias no período em estudo com base nos dados do SIDRA/IBGE (Gráfico 5)¹³. A diferença entre o total de áreas ocupadas pela cana e pelas culturas alimentícias aumentou drasticamente no período, dando forma a uma realidade que, a continuar no mesmo caminho, projeta um futuro sombrio em relação à vida no campo e à Soberania Alimentar enquanto autonomia de cada povo para fazer da terra berço de uma sociedade emancipada.

¹³ Apesar de haver diferenças consideráveis em relação à fonte consultada (LUPA/S.A.A./SP e SIDRA/IBGE), os dados confluem para a mesma tendência, ou seja, aumento acentuado das áreas plantadas com monocultura canavieira e diminuição das áreas destinadas à produção de alimentos.

Gráfico 5: Área plantada com alimentos e cana-de-açúcar no período de 1996 a 2009 no município de Flórida Paulista/SP (ha).



Fonte: SIDRA/IBGE Org.: AUTOR, 2009.

Para além de uma “tomada de consciência” do capital, entendemos como questão central a desmistificação da ideologia dos *biocombustíveis*, travestida na venda do etanol da cana-de-açúcar como a solução para o desenvolvimento econômico e para o aquecimento global, quando na verdade concretiza-se a passos largos a ampliação da prática monocultora e da produção com fins agroindustriais em detrimento da produção de alimentos e da vida no campo.

Considerações finais

Diante da grave situação a que nos deparamos no município hora em estudo, com relação à conformação do movimento social no sentido da territorialização do monopólio agroindustrial canavieiro, com claras evidências quanto às implicações da ausência (negligencial ou proposital) de políticas voltadas à pequena propriedade familiar camponesa, para além de meras especulações, tergiversações ou delírios estatísticos, temos que, frente ao quadro de homogeneidade territorial agrícola que se apresenta na paisagem em estudo, seja pelo “frio” apontamento estatístico, seja através da constatação da imponente paisagem verde que se abate no município e região, aguçando sentidos para além da visão, ou mesmo pelos singelos depoimentos daqueles que conhecem melhor que ninguém as respostas para as aparentemente simples questões a que propomos quando do início deste trabalho, virar as costas para o fato da diminuição acentuada das áreas de plantio com fins ao cultivo alimentício em benefício do plantio monocultor destinado à agroindústria canavieira constitui-se como uma grave miopia teórica ou mesmo a aceitação do fato do caminho contrário à Soberania alimentar, hora em andamento no país e região com o aval do Estado.

Assim, por meio das mediações entre teoria, dados estatísticos oficiais e a investigação empírica notamos, para além do discurso que afirma ser bem-vinda a cana-de-açúcar em virtude dos “benefícios” de tal atividade para a região, historicamente carente de possibilidades de emprego e renda e com uma vasta área de terras degradadas a serem “iluminadas” pelo capital, um preocupante processo

de concentração da propriedade da terra, do capital e de renda. Da mesma forma que a territorialização do monopólio no espaço agrícola do município e região propriamente dita, conduzido principalmente pelo Estado via projetos de incentivo ao desenvolvimento do agronegócio, lamentavelmente tido como “vedete” pelo atual governo brasileiro.

Analisando a estrutura fundiária do município de Flórida Paulista notamos que, enquanto 93,7% do total das propriedades classificadas como pequenas (até 200 ha) detém menos da metade do território agrícola (49,4%), pouco mais de 6% dos grandes proprietários têm sob seu domínio a maior parcela de toda área agricultável (50,6%), evidenciando a alta concentração da propriedade da terra, traço marcante na história do Brasil desde os remotos períodos coloniais.

Contrapondo o argumento de que a cana-de-açúcar ocuparia somente áreas de pastagens degradadas e decadentes, constatou-se na prática o avanço da cultura canavieira tanto sobre estas, como também sobre aquelas propriedades em que a pecuária leiteira representava o lastro econômico mínimo necessário à permanência das famílias camponesas na terra, garantindo a produção de uma série de produtos diretamente relacionados, tais como queijos, doces e derivados e também das áreas destinadas até então à policultura, incluindo a produção de alimentos, conforme pudemos constatar por meio dos trabalhos de campo. Dessa forma, os poucos produtores que ainda permanecem resistindo na atividade leiteira e na produção de alimentos caracterizam focos de resistência de um período na contramão das demandas dos atuais fluxos globalizados a par da produção de *agrocombustíveis*.

Nos limites de nosso recorte de estudo, verifica-se a existência de uma série de fatores que colaboram para o entendimento da atual expansão da cana-de-açúcar no Oeste Paulista. Um dos principais atrativos ao capital canavieiro no município de Flórida Paulista e região reside no fato de que, ainda hoje, metade do território agrícola do município (50,01%) e mais de *sessenta por cento* da área agrícola micro-regional encontram-se “ocupadas” por pastagens, na grande maioria pastagens subutilizadas¹⁴. Tal quadro, somado ao fato de que a maior parte dessa porção micro-regional constitui-se de terrenos com predominância de declividade inferior a 12%, portanto adequadas à mecanização do corte da cana-de-açúcar, além da grande compatibilidade edafoclimática, coloca a região em questão como alvo certo das articulações do capital agroindustrial canavieiro.

Com isso, acreditamos ser necessário repensar o atual modelo de desenvolvimento com base no agronegócio monocultor, de forma a colocar no foco das atenções não à nefasta lógica da reprodução ampliada do capital, mas a criação de alternativas político-sociais que venham a valorar a fixação do homem no campo e a contribuir para com a composição de uma nova realidade produtiva. Realidade esta em que o personagem principal deixe de ser materializado na canalização seletiva de recursos públicos para o favorecimento do grande capital, para agir em benefício da restauração, manutenção e desenvolvimento das pequenas unidades camponesas, ou seja, para a produção de alimentos, já seriamente ameaçada.

Desse modo, estaríamos frente a uma nova investida do capital agroindustrial canavieiro, personificada na tentativa de tornar o álcool combustível uma *commodity* no mercado internacional, de forma que o produto possa ser comercializado globalmente atendendo a atual demanda energética mundial, sem considerar os efeitos nocivos de tal opção para a Soberania alimentar; segundo a lógica do mercado e fora de outros contextos como o da vida comunitária repleta de

¹⁴Cf. LUPA, 2008.

sentidos e da produção de alimentos. Antes mesmo da efetivação de tal intento, nota-se o quanto incorremos em risco dando seqüência ao atual caminho seguido na agricultura nacional, com sequelas já notáveis na estrutura produtiva local e regional.

Referências

ANTUNES, R. (org). **A dialética do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BERTOLO Açúcar e Álcool. Flórida Paulista/SP: 2008. **Histórico do Grupo Bertolo e da Usina Floralco no município**. Disponível em <www.grupobertolo.com.br>. Acesso em 18 ago. 2008.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: O movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: UNESP, 2000.

CANA de açúcar. São Paulo: 2007. Blog Controvérsia. **A Refeudalização da sociedade**. Disponível em <<http://blog.controversia.com.br/2007/12/05/cana-de-acucar>>. Acesso em 10/09/08.

CHESNAIS, F. Mundialização: **O capital financeiro no comando**. Outubro. São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Jornal Adamantina em Pauta, Grupo Impacto. Adamantina: 2010. **Cortadores de cana da usina de Flórida Paulista entram em greve**. Disponível em: <<http://www.adamantinaempauta.com.br/noticia/acontece/cortadores-de-cana-da-usina-de-florida-paulista-entram-em-greve/>>. Acesso em: 30/10/2010.

OLIVEIRA, A. M. S. **A relação capital – trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado**: gestão do trabalho e certificação ambiental. FCT/UNESP/Presidente Prudente, 2003. Dissertação (Mestrado).

OLIVEIRA, A. U. **A AGRICULTURA CAMPONESA NO BRASIL**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e Modernidade**: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre. n.21. São Paulo: AGB, 2003.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PAULINO, E. T. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RAMOS, P. **Terra e trabalho na história recente (1930-1985) da agroindústria canavieira do Brasil**. Revista Reforma Agrária (ABRA). São Paulo, v. 34, n.1, p.35-66, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SECRETARIA de Agricultura e Abastecimento de São Paulo: **Projeto LUPA 1995/96**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/servicos/lupa/lupa_9596.htm>. Acesso em 28 jul. 2008.

SECRETARIA de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo: **Projeto LUPA 2008**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/Cati/_principal/index.php>. Acesso em 28 jul. 2008.

SILVA, M. A. M., **Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho**. Vol. 09, nº 01, p. 63-80, Presidente Prudente: Pegada, 2008.

THOMAZ JR. A.; GONÇALVES, M. A.; OLIVEIRA, A. M. S. (orgs.) **Geografia e Trabalho no século XXI**. Vol. III. Presidente Prudente: Centelha, 2007a.

THOMAZ JR., A. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema!** Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org). **III Fórum de Políticas Públicas, Ambiente e Populações**. Marília, 2007b.

THOMAZ JR., A. **Armadilhas da fome e a geração de lucros para o mercado**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, Ijuí, n.258, 2008a. p.15-17.

THOMAZ JR., A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009, V.1, 500p. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JR., A. **Por uma Cruzada Contra a Fome e o Agrohidronegócio**. Nova Agenda Destrutiva do Capitalismo e os Desafios de um Tempo não Adiado. Presidente Prudente: Pegada, V.9, N.1, p. 8-34, 2008b.

THOMAZ JR., A. **Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar**. (Em Questão a Classe Trabalhadora e a Luta de Classes no Brasil). Presidente Prudente: 2007c. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/AntonioThomazJunior.pdf>>. Acesso em: 23/10/2008. p. 01-39.

THOMAZ JR., A.; CARVALHAL, M. D.; CARVALHAL, T. B. (orgs.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Vol. II. Presidente Prudente: Centelha, 2006.

UNIÃO DOS PRODUTORES DE BIOENERGIA, UDOP. São Paulo: 2008. **Evolução da pauta produtiva da Floralco Açúcar e álcool**. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=home_associadas&codemp=31>. Acesso em 3 de out. 2008 e 21 ago. de 2009.

*Recebido em 11 de novembro de 2010.
Revisado em 22 de janeiro de 2011.
Aceito em 22 de fevereiro de 2011.*